RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FINANCEIRA E PATRIMONIAL

COMPETÊNCIA: EXERCÍCIO DE 2015

O Artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000 (aplicável aos municípios por força do artigo 64 da mesma lei), prevê a elaboração de parecer do controle interno sobre as contas anuais do gestor público apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado. Os artigos 50 e 51 da mesma LCE nº 202, estabelecem:

Art. 50. O Tribunal de Contas do Estado apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, as quais serão anexadas às do Poder Legislativo, mediante parecer prévio a ser elaborado antes do encerramento do exercício em que foram prestadas.

Art. 51. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4o,da Constituição Estadual.

A Resolução TC 94/2014, em seu artigo 5, § 1º altera forma de envio do relatório das contas anuais de gestão do Prefeito nos mesmos prazos do sistema e-Sfinge e deverá ser assinado eletronicamente pelo respectivo responsável pela unidade central de controle interno do Poder ou Órgão a que se referir utilizando-se de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao exercício de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

 -Planejamento
 -Orçamento Fiscal
 -Execução Orçamentária
 -Situação Financeira e Patrimonial
 -Limites Constitucionais e Legais
 -Gestão Fiscal
 -Gerenciais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos hão de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos ano do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2014 A 2017 ), através da Lei Municipal nº 1015 28 DE AGOSTO DE 2013 , onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que ***a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.***

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:
I - disporá também sobre:
a) equilíbrio entre receitas e despesas;
b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
c) (VETADO)
d) (VETADO)
e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 1085 11 DE NOVEMBRO DE 2014 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165....................... § 5º -
A lei orçamentária anual compreenderá:
I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
a) (VETADO)
b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1086 01 DE DEZEMBRO DE 2014 , o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio),. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no exercício analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1002 - Apoio a Construção de Centros Comunitários |
|  | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1004 - Instalação de Sistema de Abastecimento de Água |
|  | 1.000,00 | 24.996,26 | 0,00 | 2.500,00 | 23.496,26 |
| 1005 - Construção de Pontes |
|  | 21.000,00 | 31.736,41 | 17.000,00 | 29.539,48 | 6.196,93 |
| 1006 - Pavimentação de Ruas |
|  | 14.570,00 | 15.306,06 | 5.300,00 | 23.684,29 | 891,77 |
| 1007 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Urbano |
|  | 30.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 32.627,29 | 372,71 |
| 1009 - Construção de Praça Pública |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1010 - Ampliação de Área Industrial |
|  | 1.000,00 | 12.500,00 | 1.000,00 | 12.372,01 | 127,99 |
| 1011 - Ampliação de Rede Física do Ensino |
|  | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1014 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas |
|  | 35.000,00 | 38.000,00 | 35.000,00 | 37.980,00 | 20,00 |
| 1017 - Construção do Centro de Eventos |
|  | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1019 - Aquisição de Veículo para Transp. Escolar |
|  | 45.387,80 | 0,00 | 45.387,80 | 0,00 | 0,00 |
| 1020 - Aquisição de Veículos/Caminhões/Maqs. para Sec. Infra-Estrut |
|  | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1025 - Aquisição de Veículo e Máquinas para Sec. da Agricultura |
|  | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1026 - Colocação de Tubos em Rodovias |
|  | 25.000,00 | 3.300,00 | 11.300,00 | 16.950,00 | 50,00 |
| 1027 - Aquisição de Máquinas para Apoio à Indústrias. |
|  | 15.000,00 | 10.000,00 | 9.777,00 | 14.995,00 | 228,00 |
| 1028 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Rural |
|  | 30.000,00 | 10.316,72 | 0,00 | 37.865,78 | 2.450,94 |
| 1029 - Instalação de Torre de Retransmissão de TV |
|  | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1030 - Construção de Centro Administrativo |
|  | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1033 - Construção de Abatedouro Municipal |
|  | 1.000,00 | 10.518,64 | 0,00 | 11.518,64 | 0,00 |
| 1034 - Construção de Centro Cultural |
|  | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1035 - Construção de Quadra de Esportes |
|  | 0,00 | 286.496,26 | 21.496,26 | 265.000,00 | 0,00 |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2002 - Manutenção da Administração Superior |
|  | 392.000,00 | 2.433,51 | 60.707,99 | 326.733,88 | 6.991,64 |
| 2003 - Manutenção da Administração Geral |
|  | 353.000,00 | 212.184,50 | 32.000,00 | 517.799,70 | 15.384,80 |
| 2004 - Contribuição a Entidades Municipalistas |
|  | 100.000,00 | 20.693,00 | 0,00 | 120.693,00 | 0,00 |
| 2005 - Manutenção do Departamento da Fazenda |
|  | 425.000,00 | 11.070,01 | 1.770,01 | 433.775,59 | 524,41 |
| 2006 - Serviços de Segurança Pública |
|  | 32.000,00 | 13.386,52 | 0,00 | 37.675,03 | 7.711,49 |
| 2008 - Manutenção de Torre de Retransmissão de TV |
|  | 500,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2009 - Manutenção do Setor de Esportes |
|  | 130.000,00 | 7.062,70 | 37.000,00 | 99.979,59 | 83,11 |
| 2010 - Manutenção de Praças/Quadras de Esporte |
|  | 110.000,00 | 10.453,55 | 90.000,00 | 29.744,42 | 709,13 |
| 2011 - Manutenção da Cultura em Geral |
|  | 10.000,00 | 2.686,38 | 4.930,00 | 7.744,53 | 11,85 |
| 2012 - Manutenção do Desporto Infantil |
|  | 2.500,00 | 0,00 | 2.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2013 - Manutenção do Órgão Central de Educação |
|  | 312.850,00 | 32.413,44 | 7.413,44 | 326.189,21 | 11.660,79 |
| 2014 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar |
|  | 72.000,00 | 9.642,45 | 0,00 | 75.776,41 | 5.866,04 |
| 2015 - Manutenção da Creche |
|  | 210.000,00 | 87.936,40 | 45.232,22 | 249.750,71 | 2.953,47 |
| 2016 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB |
|  | 1.460.000,00 | 461.962,44 | 93.649,40 | 1.811.201,40 | 17.111,64 |
| 2017 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental |
|  | 501.054,70 | 295.304,93 | 74.176,62 | 658.241,87 | 63.941,14 |
| 2018 - Aquisição de Equipamentos para Educação |
|  | 30.000,00 | 0,00 | 20.952,01 | 9.047,99 | 0,00 |
| 2019 - Manutenção do Pré-Escolar |
|  | 208.400,00 | 16.000,00 | 52.000,00 | 167.903,56 | 4.496,44 |
| 2020 - Apoio ao Ensino Especial |
|  | 3.000,00 | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2021 - Apoio ao Ensino Médio |
|  | 23.600,00 | 5.350,00 | 0,00 | 28.750,00 | 200,00 |
| 2022 - Manutenção Transp. Escolar - Ensino Médio |
|  | 75.300,00 | 24.774,21 | 10.274,48 | 74.692,87 | 15.106,86 |
| 2023 - Manutenção da Bibliotéca Pública Municipal |
|  | 42.000,00 | 0,00 | 7.000,00 | 34.737,83 | 262,17 |
| 2024 - Manutenção do Transp. Escolar - Pré-Escolar |
|  | 15.300,00 | 8.613,40 | 0,00 | 20.438,40 | 3.475,00 |
| 2028 - Constribuição para Consórcios Regionais |
|  | 17.250,00 | 22.527,85 | 7.150,00 | 32.627,85 | 0,00 |
| 2033 - Atendimento a Criança e ao Adolescente |
|  | 42.480,00 | 2.000,00 | 0,00 | 20.478,99 | 24.001,01 |
| 2034 - Manutenção do Conselho Tutelar |
|  | 44.000,00 | 7.949,95 | 0,00 | 51.781,21 | 168,74 |
| 2035 - Manutenção da Assistência Social |
|  | 490.000,00 | 132.736,73 | 11.045,00 | 605.131,60 | 6.560,13 |
| 2036 - Manutenção do Centro dos Idosos |
|  | 34.000,00 | 5.000,00 | 2.000,00 | 20.709,13 | 16.290,87 |
| 2038 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica |
|  | 38.000,00 | 10.686,42 | 7.000,00 | 41.686,42 | 0,00 |
| 2039 - Manutenção de Abrigos de Passageiros |
|  | 9.500,00 | 0,00 | 9.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2040 - Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros |
|  | 7.000,00 | 0,00 | 5.200,00 | 1.676,09 | 123,91 |
| 2041 - Manutenção do Centro de Eventos |
|  | 17.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 29.694,61 | 2.305,39 |
| 2043 - Manutenção da Sec. da Infra-Estrutura |
|  | 948.316,00 | 156.033,67 | 57.033,67 | 1.028.741,62 | 18.574,38 |
| 2044 - Manutenção da Sec. da Agricultura |
|  | 867.350,00 | 81.456,99 | 25.279,23 | 910.083,68 | 13.444,08 |
| 2045 - Manutenção do Planejamento Urbano |
|  | 201.000,00 | 60,00 | 69.350,00 | 128.810,36 | 2.899,64 |
| 2046 - Conservação de Reservatórios de Água |
|  | 88.430,00 | 0,00 | 0,00 | 52.192,37 | 36.237,63 |
| 2047 - Manutenção do Horto Florestal |
|  | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2049 - Manutenção do Programa Inseminação Artificial |
|  | 45.500,00 | 0,00 | 0,00 | 42.711,04 | 2.788,96 |
| 2050 - Manutenção do Sistema de Telefonia |
|  | 19.000,00 | 0,00 | 16.000,00 | 2.262,32 | 737,68 |
| 2053 - Realização de Eventos Promocionais |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2054 - Pagamentos a Inativos |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2055 - Manutenção do FMSB - Fundo Munic. de Saneamento Básico |
|  | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2056 - Contribuição ao Pasep |
|  | 110.000,00 | 4.015,60 | 5.000,00 | 109.015,59 | 0,01 |
| 2057 - Reserva de Contingência |
|  | 55.000,00 | 0,00 | 1.595,15 | 0,00 | 53.404,85 |
| 2058 - Festividades Municipais |
|  | 180.000,00 | 10.082,88 | 145.404,54 | 44.678,34 | 0,00 |
| 2059 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF |
|  | 151.200,00 | 62.395,94 | 11.510,00 | 140.675,12 | 61.410,82 |
| 2060 - Profissionalização de Jovens |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 9.500,00 | 500,00 | 0,00 |
| 2061 - Manut. Programas Incentivo ao Agricultor |
|  | 100.000,00 | 0,00 | 74.000,00 | 25.990,00 | 10,00 |
| 2063 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil |
|  | 15.000,00 | 2.695,15 | 15.000,00 | 2.695,15 | 0,00 |
| **Total da Unidade** | **8.297.488,50**  | **2.180.778,97**  | **1.240.934,82**  | **8.808.049,97**  | **429.282,68**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1008 - Ampliação do Centro de Saúde |
|  | 117.494,80 | 3.093,67 | 100.000,00 | 20.573,05 | 15,42 |
| 1013 - Aquisição de Veículos para Saúde |
|  | 71.000,00 | 51.496,36 | 66.228,00 | 34.047,23 | 22.221,13 |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2025 - Manutenção da Saúde Pública |
|  | 684.441,70 | 625.307,05 | 24.000,00 | 1.220.949,28 | 64.799,47 |
| 2026 - Manutenção Programa PACS |
|  | 97.000,00 | 48.466,48 | 5.000,00 | 140.092,54 | 373,94 |
| 2027 - Manutenção do Programa PSF |
|  | 540.000,00 | 136.309,07 | 29.698,01 | 583.080,91 | 63.530,15 |
| 2028 - Contribuição para Consórcios Regionais |
|  | 256.700,00 | 41.272,20 | 39.282,99 | 205.758,56 | 52.930,65 |
| 2029 - Aquisição de Equipamentos para Saúde |
|  | 25.000,00 | 2.327,53 | 20.000,00 | 5.342,52 | 1.985,01 |
| 2030 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária |
|  | 7.500,00 | 13.416,78 | 0,00 | 19.571,67 | 1.345,11 |
| 2031 - Manutenção Programa Vigilância Epidemiológica |
|  | 11.000,00 | 10.368,24 | 0,00 | 16.865,86 | 4.502,38 |
| 2032 - Manutenção Programa Sorrir |
|  | 273.000,00 | 2.291,55 | 22.132,77 | 229.222,33 | 23.936,45 |
| 2052 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão |
|  | 194.375,00 | 10.333,77 | 0,00 | 140.030,15 | 64.678,62 |
| **Total da Unidade** | **2.277.511,50**  | **944.682,70**  | **306.341,77**  | **2.615.534,10**  | **300.318,33**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores |
|  | 550.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 494.258,17 | 55.741,83 |
| **Total da Unidade** | **550.000,00**  | **20.000,00**  | **20.000,00**  | **494.258,17**  | **55.741,83**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **11.125.000,00**  | **3.145.461,67**  | **1.567.276,59**  | **11.917.842,24**  | **785.342,84**  |

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1086 01 DE DEZEMBRO DE 2014, estima a Receita em R$ 11.125.000,00 e fixa a Despesa em igual valor. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R$ 55.000,00 o que corresponde a 0.49% do orçamento da despesa.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em analise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO**  |
| Natureza | Operação | Nº Lei | Data | Decreto | Data | Valor |
| Especial | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 3 | 02/01/2015 | 74.859,40 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 58 | 19/02/2015 | 6.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 58 | 19/02/2015 | 6.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 63 | 23/02/2015 | 3.290,48 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 66 | 26/02/2015 | 1.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 66 | 26/02/2015 | 1.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.098 | 06/03/2015 | 75 | 06/03/2015 | 9.228,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.098 | 06/03/2015 | 75 | 06/03/2015 | 9.228,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.094 | 06/03/2015 | 71 | 06/03/2015 | 100.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.094 | 06/03/2015 | 71 | 06/03/2015 | 100.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 67 | 02/03/2015 | 2.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 67 | 02/03/2015 | 2.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 70 | 06/03/2015 | 80.321,99 |
| Especial | Suplementação | 1.100 | 17/03/2015 | 77 | 17/03/2015 | 57.000,00 |
| Especial | Anulação | 1.100 | 17/03/2015 | 77 | 17/03/2015 | 57.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 103 | 21/05/2015 | 5.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 103 | 21/05/2015 | 5.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 110 | 18/05/2015 | 3.093,67 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 129 | 23/06/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 131 | 30/06/2015 | 2.105,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 148 | 03/08/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 159 | 21/08/2015 | 13.000,00 |
| Suplementar | Anulação Dotação Transferida | 1.116 | 26/08/2015 | 160 | 26/08/2015 | 153.435,28 |
| Suplementar | Suplementação | 1.116 | 26/08/2015 | 163 | 26/08/2015 | 40.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.116 | 26/08/2015 | 163 | 26/08/2015 | 40.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 175 | 16/09/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 176 | 22/09/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 188 | 13/10/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 189 | 13/10/2015 | 9.282,99 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 189 | 13/10/2015 | 9.282,99 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 190 | 21/10/2015 | 45.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 19.920 | 30/10/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 211 | 13/11/2015 | 35.715,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 214 | 19/11/2015 | 46.378,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 220 | 25/11/2015 | 29.698,01 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 220 | 25/11/2015 | 29.698,01 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 222 | 25/11/2015 | 9.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 222 | 25/11/2015 | 9.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 223 | 25/11/2015 | 6.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 223 | 25/11/2015 | 6.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 227 | 25/11/2015 | 14.722,11 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 228 | 25/11/2015 | 1.059,25 |
| Suplementar | Anulação Dotação Transferida | 1.129 | 24/11/2015 | 216 | 24/11/2015 | 77.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.129 | 24/11/2015 | 221 | 25/11/2015 | 2.132,77 |
| Suplementar | Anulação | 1.129 | 24/11/2015 | 221 | 25/11/2015 | 2.132,77 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 242 | 03/12/2015 | 2.291,55 |
| Suplementar | Anulação | 1.130 | 08/12/2015 | 245 | 08/12/2015 | 30.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.130 | 08/12/2015 | 245 | 08/12/2015 | 30.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 257 | 22/12/2015 | 16.069,20 |
| **Totais da Unidade** | **714.247,42**  |
|  |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**  |
| Natureza | Operação | Nº Lei | Data | Decreto | Data | Valor |
| Suplementar | Suplementação | 1.093 | 23/01/2015 | 23 | 23/01/2015 | 90.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.093 | 23/01/2015 | 23 | 23/01/2015 | 90.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 1 | 02/01/2015 | 123.235,73 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 4 | 02/01/2015 | 43.775,03 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 5 | 02/01/2015 | 14.380,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 9 | 02/01/2015 | 40.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 14 | 08/01/2015 | 604,51 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 24 | 27/01/2015 | 1.600,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 25 | 03/02/2015 | 11.495,03 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 51 | 04/02/2015 | 5.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 53 | 09/02/2015 | 8.147,85 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 59 | 19/02/2015 | 6.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 59 | 19/02/2015 | 6.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 60 | 23/02/2015 | 16.362,28 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 65 | 26/02/2015 | 522,00 |
| Especial | Suplementação | 1.095 | 06/03/2015 | 72 | 06/03/2015 | 42.746,26 |
| Especial | Anulação | 1.095 | 06/03/2015 | 72 | 06/03/2015 | 42.746,26 |
| Suplementar | Suplementação | 1.101 | 17/03/2015 | 78 | 17/03/2015 | 105.387,80 |
| Suplementar | Anulação | 1.101 | 17/03/2015 | 78 | 17/03/2015 | 105.387,80 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 68 | 02/03/2015 | 3.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 68 | 02/03/2015 | 3.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.097 | 06/03/2015 | 74 | 06/03/2015 | 2.500,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.097 | 06/03/2015 | 74 | 06/03/2015 | 2.500,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 83 | 25/03/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 83 | 25/03/2015 | 10.000,00 |
| Especial | Excesso de Arrecadação | 1.096 | 06/03/2015 | 73 | 06/03/2015 | 243.750,00 |
| Especial | Suplementação | 1.102 | 13/04/2015 | 89 | 13/04/2015 | 18.000,00 |
| Especial | Anulação | 1.102 | 13/04/2015 | 89 | 13/04/2015 | 18.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 93 | 16/04/2015 | 5.121,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.103 | 13/04/2015 | 90 | 13/04/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.103 | 13/04/2015 | 90 | 13/04/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.105 | 21/05/2015 | 113 | 21/05/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.105 | 21/05/2015 | 113 | 21/05/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 102 | 04/05/2015 | 3.500,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 104 | 04/05/2015 | 83.746,10 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 105 | 04/05/2015 | 1.722,82 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 111 | 18/05/2015 | 2.150,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 112 | 18/05/2015 | 2.041,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 112 | 18/05/2015 | 2.041,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 115 | 22/05/2015 | 816,72 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 116 | 25/05/2015 | 2.817,50 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 119 | 29/05/2015 | 14.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.107 | 27/05/2015 | 117 | 27/05/2015 | 60.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.107 | 27/05/2015 | 117 | 27/05/2015 | 60.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 121 | 10/06/2015 | 50.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 122 | 12/06/2015 | 14.903,56 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 125 | 16/06/2015 | 3.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 126 | 22/06/2015 | 16.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 126 | 22/06/2015 | 16.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 127 | 22/06/2015 | 40.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 128 | 23/06/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 128 | 23/06/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 134 | 06/07/2015 | 831,43 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 135 | 06/07/2015 | 8.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 135 | 06/07/2015 | 8.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 142 | 22/07/2015 | 7.423,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 145 | 28/07/2015 | 2.500,00 |
| Especial | Suplementação | 1.114 | 28/07/2015 | 144 | 28/07/2015 | 10.274,48 |
| Especial | Anulação | 1.114 | 28/07/2015 | 144 | 28/07/2015 | 10.274,48 |
| Suplementar | Suplementação | 1.113 | 28/07/2015 | 143 | 28/07/2015 | 236.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.113 | 28/07/2015 | 143 | 28/07/2015 | 236.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.118 | 26/08/2015 | 162 | 26/08/2015 | 90.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.118 | 26/08/2015 | 162 | 26/08/2015 | 90.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 155 | 10/08/2015 | 15.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 158 | 19/08/2015 | 2.500,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 164 | 31/08/2015 | 8.000,00 |
| Suplementar | Suplementa Dotação Transferida | 1.116 | 24/08/2015 | 160 | 26/08/2015 | 153.435,28 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 174 | 14/09/2015 | 2.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 166 | 03/09/2015 | 10.387,65 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 168 | 09/09/2015 | 1.100,00 |
| Especial | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 170 | 10/09/2015 | 1.040,80 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 172 | 14/09/2015 | 23.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 173 | 14/09/2015 | 240,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 174 | 14/09/2015 | 2.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 177 | 23/09/2015 | 8.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 178 | 23/09/2015 | 19.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 178 | 23/09/2015 | 19.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 181 | 28/09/2015 | 11.000,00 |
| Especial | Suplementação | 1.117 | 26/08/2015 | 161 | 26/08/2015 | 10.274,48 |
| Especial | Anulação | 1.117 | 26/08/2015 | 161 | 26/08/2015 | 10.274,48 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 184 | 02/10/2015 | 2.525,15 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 184 | 02/10/2015 | 2.525,15 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 185 | 02/10/2015 | 162,51 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 186 | 05/10/2015 | 12.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 187 | 08/10/2015 | 2.546,39 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 232 | 30/11/2015 | 8.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 232 | 30/11/2015 | 8.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 234 | 30/11/2015 | 379,53 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 201 | 06/11/2015 | 5.000,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 202 | 09/11/2015 | 4.801,72 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 203 | 09/11/2015 | 1.765,89 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 226 | 25/11/2015 | 4.300,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 204 | 09/11/2015 | 7.960,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 204 | 09/11/2015 | 7.960,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 210 | 13/11/2015 | 61.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 225 | 25/11/2015 | 4.203,52 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 213 | 19/11/2015 | 1.467,48 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 225 | 25/11/2015 | 4.203,52 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 215 | 23/11/2015 | 30.982,50 |
| Suplementar | Anulação | 1.128 | 24/11/2015 | 217 | 24/11/2015 | 122.907,64 |
| Suplementar | Suplementação | 1.128 | 24/11/2015 | 217 | 24/11/2015 | 122.907,64 |
| Suplementar | Suplementa Dotação Transferida | 1.129 | 24/11/2015 | 218 | 24/11/2015 | 77.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 265 | 28/12/2015 | 3.159,83 |
| Suplementar | Anulação | 1.086 | 01/12/2014 | 258 | 22/12/2015 | 20.931,99 |
| Suplementar | Suplementação | 1.136 | 18/12/2015 | 253 | 18/12/2015 | 30.248,87 |
| Suplementar | Anulação | 1.136 | 18/12/2015 | 253 | 18/12/2015 | 30.248,87 |
| Suplementar | Suplementação | 1.128 | 24/11/2015 | 244 | 08/12/2015 | 3.300,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.128 | 24/11/2015 | 244 | 08/12/2015 | 3.300,00 |
| Suplementar | Anulação | 1.135 | 18/12/2015 | 252 | 18/12/2015 | 29.198,35 |
| Suplementar | Suplementação | 1.135 | 18/12/2015 | 252 | 18/12/2015 | 29.198,35 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 237 | 01/12/2015 | 26.613,66 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1.086 | 01/12/2014 | 236 | 01/12/2015 | 130,99 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 267 | 28/12/2015 | 51.266,47 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 273 | 30/12/2015 | 16.575,60 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 238 | 03/12/2015 | 3.500,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 266 | 28/12/2015 | 500,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 241 | 03/12/2015 | 99.949,95 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 263 | 23/12/2015 | 8.689,94 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 243 | 04/12/2015 | 82,88 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 246 | 08/12/2015 | 740,00 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 254 | 18/12/2015 | 7.871,08 |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1.086 | 01/12/2014 | 256 | 21/12/2015 | 5.120,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1.086 | 01/12/2014 | 258 | 22/12/2015 | 20.931,99 |
| **Totais da Unidade** | **2.411.214,25**  |
|  |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO**  |
| Natureza | Operação | Nº Lei | Data | Decreto | Data | Valor |
| Suplementar | Suplementação | 910 | 19/12/2014 | 9.820 | 16/12/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 910 | 19/12/2014 | 9.820 | 16/12/2015 | 20.000,00 |
| **Totais da Unidade** | **20.000,00**  |
|  |
| **Total Geral:**  | **3.145.461,67**  |

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R$ 3.145.461,67. Destes, R$ 2.687.516,25 referem-se a créditos adicionais suplementares. R$ 457.945,42 referem-se a créditos adicionais especiais. As anulações de dotações totalizaram a importância de R$ 1.567.276,59. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Alterações Orçamentárias** | **No Exercício** |
| **I) Créditos Orçamentários**  | **11.125.000,00**  |
| Ordinários | 11.070.000,00 |
| Reserva de Contingência | 53.404,85 |
| **II) Créditos Adicionais**  | **3.145.461,67**  |
| Suplementar | 2.687.516,25 |
| Especial | 457.945,42 |
| Extraordinário | 0,00 |
| **III) Anulações de Créditos**  | **1.567.276,59**  |
| Anulações | 1.567.276,59 |
| **IV) Créditos Autorizados (I+II-III)**  | 12.703.185,08 |

Os créditos adicionais realizados conforme demonstra o quadro anterior, tiveram sua origem e autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Leis Municipais específicas, de conformidade com o que segue:

|  |
| --- |
| **Origem dos créditos Autorizados**  |
| **Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)**  | **Percentual Autorizado**  | **ValorAutorizado**  | **No Exercício**  |
| Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual) | 0.00 | 0,00 | 0,00 | 0.00% |
| Limite Legal - Cumprido | 0,00 | 100,00% |
| **CRÉDITOS AUTORIZADOS (LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA)**  | **No Exercício**  |
| Créditos Autorizados (Leis Municipais Específicas) | 3.145.461,67  |

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

|  |
| --- |
| **Receitas**  |
| **Receitas Orçamentárias (I)**  | **11.125.000,00**  |
| **Receitas Correntes**  | **11.125.000,00**  |
| Receita Tributária | 245.800,00 |
| Receita de Contribuições | 22.000,00 |
| Receita Patrimonial | 17.780,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 89.620,00 |
| Transferências Correntes | 12.652.400,00 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -1.926.560,00 |
| Outras Receitas Correntes | 23.960,00 |
| **Receitas de Capital**  | **0,00**  |
| Operação de crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Receitas Correntes Intra-Orçamentárias**  | **0,00**  |
| **Receitas De Capital Intra-Orçamentárias**  | **0,00**  |
| **Total Geral**  | **11.125.000,00**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Despesas**  |
| **Despesas Orçamentárias (I)**  | **12.703.185,08**  |
| **Despesas Correntes**  | **12.020.890,02**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 6.369.816,00 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 5.651.074,02 |
| **Despesas Capital**  | **628.890,21**  |
| Investimentos | 628.890,21 |
| Inversões Financeiras | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 |
| **Reserva de Contingência**  | **53.404,85**  |
| Reserva de Contingencia | 53.404,85 |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Total Geral**  | **12.703.185,08**  |

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a “velocidade” que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve “pisar o pé no freio”. Havendo superávit estará mais tranqüilo e poderá “acelerar” um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) No Exercício em análise, verifica-se Superávit de execução orçamentária no valor de R$ 1.103.677,91.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Receita Arrecadada (+)** | **Despesa Empenhada (-)** | **Superávit** |
| 13.021.520,15 | 11.917.842,24 | 1.103.677,91 |

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) no exercício analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R$ 1.368.820,85.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Receita Arrecadada (+)** | **Despesa Liquidada (-)** | **Superávit (=)** |
| 13.021.520,15 | 11.652.699,30 | 1.368.820,85 |

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício importou em R$ 13.021.520,15 equivalente a 117.05% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

|  |
| --- |
| **RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**  |
| **DESCRIÇÃO**  | **PrevisãoAtualizada**  | **ArrecadasNo Exercício**  |
| Receitas Correntes (I) | 11.125.000,00 | 11.398.864,17 | 102.46% |
| Receitas de Capital (II) | 0,00 | 1.622.655,98 | 0.00% |
| **TOTAL (+II)**  | **11.125.000,00**  | **13.021.520,15**  | **117.05%**  |

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada no exercício importou em R$ 355.767,96 equivalente a 2.73% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada no exercício importou em R$ 29.450,00 equivalente a 0.23% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada no exercício importou em R$ 93.748,92 equivalente a 0.72% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada no exercício importou em R$ 74.012,82 equivalente a 0.57% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas no exercício importaram em R$ 10.810.992,47 equivalente a 83.02% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados no exercício importaram em R$ 34.892,00 equivalente a 0.27% do total arrecadado.

Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, no exercício, importou em R$ 90.950,00 equivalente a 0.70% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas no exercício importaram em R$ 1.531.705,98 equivalente a 11.76% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada No Exercício importou em R$ 11.917.842,24, equivalente a 93.82% do orçamento.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ORÇAMENTO ATUALIZADO**  | **DESPESA EMPENHADA**  | **%**  |
| 12.703.185,08 | 11.917.842,24 | 93.82% |

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
§ 1° Essa verificação tem por fim apurar:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
II - a nota de empenho;
III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada No Exercício importou em R$ 11.652.699,30, equivalendo a 97.78% da despesa empenhada.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA EMPENHADA**  | **DESPESA LIQUIDADA**  | **%**  |
| 11.917.842,24 | 11.652.699,30 | 97.78% |

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga No Exercício importou em R$ 11.646.029,49, equivalente a 99.94% da despesa liquidada.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA LIQUIDADA**  | **DESPESA PAGA**  | **%**  |
| 11.652.699,30 | 11.646.029,49 | 99.94% |

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

|  |
| --- |
| **DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO**  |
| **DESCRIÇÃO**  | **Empenhadas**  | **Liquidadas**  | **Pagas**  |
| GABINETE DO PREFEITO | 329.429,03 | 329.429,03 | 329.429,03 |
| SEC. DA ADMINISTRACAO E FAZENDA | 1.142.571,17 | 1.141.690,39 | 1.141.690,39 |
| SEC. DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE | 3.933.571,74 | 3.669.309,58 | 3.669.309,58 |
| SEC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 909.769,12 | 909.769,12 | 909.769,12 |
| SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | 1.071.219,41 | 1.071.219,41 | 1.071.219,41 |
| SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA | 1.312.473,91 | 1.312.473,91 | 1.312.473,91 |
| ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | 109.015,59 | 109.015,59 | 102.485,65 |
| RESERVA DE CONTIGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CAMARA DE VEREADORES | 494.258,17 | 494.258,17 | 494.258,17 |
| SECRETARIA DE SAUDE | 2.615.534,10 | 2.615.534,10 | 2.615.394,23 |
| **Total**  | **11.917.842,24**  | **11.652.699,30**  | **11.646.029,49**  |

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

|  |
| --- |
| **DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO**  |
| **DESCRIÇÃO**  | **Empenhadas**  | **Liquidadas**  | **Pagas**  |
| 01 - Legislativa | 494.258,17 | 494.258,17 | 494.258,17 |
| 04 - Administração | 1.434.325,17 | 1.433.444,39 | 1.433.444,39 |
| 06 - Segurança Pública | 37.342,53 | 37.342,53 | 37.342,53 |
| 08 - Assistência Social | 819.129,56 | 819.129,56 | 819.129,56 |
| 10 - Saúde | 2.615.534,10 | 2.615.534,10 | 2.615.394,23 |
| 12 - Educação | 3.421.992,42 | 3.421.992,42 | 3.421.992,42 |
| 13 - Cultura | 116.855,31 | 116.855,31 | 116.855,31 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 20.478,99 | 20.478,99 | 20.478,99 |
| 15 - Urbanismo | 152.494,65 | 152.494,65 | 152.494,65 |
| 16 - Habitação | 70.493,07 | 70.493,07 | 70.493,07 |
| 17 - Saneamento | 66.211,01 | 66.211,01 | 66.211,01 |
| 18 - Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 - Agricultura | 1.016.764,72 | 1.016.764,72 | 1.016.764,72 |
| 22 - Indústria | 27.367,01 | 27.367,01 | 27.367,01 |
| 24 - Comunicações | 2.262,32 | 2.262,32 | 2.262,32 |
| 25 - Energia | 41.686,42 | 41.686,42 | 41.686,42 |
| 26 - Transporte | 1.011.816,00 | 1.076.907,19 | 1.076.907,19 |
| 27 - Desporto e Lazer | 394.724,01 | 130.461,85 | 130.461,85 |
| 28 - Encargos Especiais | 109.015,59 | 109.015,59 | 102.485,65 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total**  | **11.917.842,24**  | **11.652.699,30**  | **11.646.029,49**  |

SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Dívida Flutuante

O Artigo 92 da Lei Federal 4.320/64 estabelece que a dívida flutuante compreende:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:
I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
II - os serviços da dívida a pagar;
III - os depósitos;
IV - os débitos de tesouraria.
Parágrafo Único: O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Na dívida flutuante estão incluídos os débitos de curto prazo, por corresponderem a compromissos assumidos por prazo inferior a 12 (doze) meses.

Em relação à dívida flutuante tem-se o seguinte demonstrativo:

|  |
| --- |
| **1 - RESTOS A PAGAR**  |
| **Titulo**  | **SaldoAnterior**  | **Movimentações no Exercício**  | **Saldo para ExercícioSubsequente**  |
| **Inscrições**  | **Baixas**  |
| Restos a Pagar Não Processados | 2.839.201,37 | 265.142,94 | 2.005.000,98 | 1.099.343,33 |
| Restos a Pagar Processados | 11.512,62 | 6.669,81 | 11.512,62 | 6.669,81 |
| **I) TOTAL** | **2.850.713,99** | **271.812,75** | **2.016.513,60** | **1.106.013,14** |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **2 - SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR**  |
| **Titulo**  | **SaldoAnterior**  | **Movimentações no Exercício**  | **Saldo para ExercícioSubsequente**  |
| **Inscrições**  | **Baixas**  |
| **II) TOTAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **3 - DEPÓSITOS**  |
| **Titulo**  | **SaldoAnterior**  | **Movimentações no Exercício**  | **Saldo para ExercícioSubsequente**  |
| **Inscrições**  | **Baixas**  |
| Assember | 0,00 | 4.522,00 | 4.522,00 | 0,00 |
| Assember | 0,00 | 799,50 | 799,50 | 0,00 |
| Assember | 0,00 | 97,50 | 97,50 | 0,00 |
| Caução Em Dinheiro | 0,00 | 69.694,30 | 69.694,30 | 0,00 |
| Contribuicao Sindical | 0,00 | 87,46 | 87,46 | 0,00 |
| Contribuição Sindical | 0,00 | 270,40 | 270,40 | 0,00 |
| Emprestimos Caixa Economica Federal | 0,00 | 126.316,78 | 126.316,78 | 0,00 |
| Emprestimos Caixa Economica Federal | 0,00 | 49.874,93 | 49.874,93 | 0,00 |
| Inss | 0,00 | 376.588,45 | 376.588,45 | 0,00 |
| Inss | 0,00 | 86.994,07 | 86.994,07 | 0,00 |
| Inss Sobre A Folha | 0,00 | 29.581,44 | 29.581,44 | 0,00 |
| Irrf | 0,00 | 637,35 | 637,35 | 0,00 |
| Iss | 0,00 | 8.207,16 | 8.207,16 | 0,00 |
| Iss | 0,00 | 137,18 | 137,18 | 0,00 |
| I.s.s. | 0,00 | 33.704,65 | 33.704,65 | 0,00 |
| Pensao Alimenticia | 0,00 | 29.513,09 | 29.513,09 | 0,00 |
| Retenção De Irrf | 0,00 | 60.409,58 | 60.409,58 | 0,00 |
| Retenção De Irrf S/outros Rendimentos | 0,00 | 10.244,95 | 10.244,95 | 0,00 |
| Retenção De Irrf S/outros Rendimentos | 0,00 | 3.963,79 | 3.963,79 | 0,00 |
| Retenção De Irrf S/rendimentos Do Trabalho | 0,00 | 94.497,28 | 94.497,28 | 0,00 |
| **III) TOTAL** | **0,00** | **986.141,86** | **986.141,86** | **0,00** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **TOTAL GERAL (I+II+III)** | **2.850.713,99** | **1.257.954,61** | **3.002.655,46** | **1.106.013,14** |

Restos a Pagar

O artigo 36 da Lei Federal n° 4.320/64, define Restos a Pagar como as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Representam os valores pendentes de pagamento oriundos da emissão de empenhos (orçamento da despesa). As processadas são aquelas em que se verificou a liquidação da despesa, enquanto que as não processadas, tal estágio (liquidação) não ocorreu.

Importante salientar o disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual veda ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato (maio a dezembro), contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Em relação aos restos a pagar tem-se o seguinte demonstrativo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo dos Restos a Pagar**  | **Valor**  |
| **Restos A Pagar Processados (I)**  | **0,00**  |
| (+) Saldo de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (+) Inscritos em 31 de Dezembro de 2014 | 11.512,62 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| (-) Pagamentos | 11.512,62 |
| **Restos A Pagar Não Processados (II)**  | **901.099,58**  |
| (+) Saldo de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores | 61.669,81 |
| (+) Inscritos em 31 de Dezembro de 2014 | 2.839.201,37 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| (-) Pagamentos | 1.999.771,60 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **901.099,58**  |

Disponibilidades Financeiras

As disponibilidades financeiras representam os valores monetários passiveis de utilização imediata, disponíveis em caixa e/ou bancos, incluídas as aplicações financeiras, decorrentes de consolidação da receita, tributária ou não-tributária, orçamentária ou extra-orçamentária.

O parágrafo único do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício. Além disso, o Inciso I do artigo 50 da mesma LRF determina que a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

O demonstrativo a seguir retrata as disponibilidades financeiras:

|  |  |
| --- | --- |
| **1 - Disponibilidade de Caixa**  | **Disponível em Banco**  |
| Caixa | 0,00 |
| Recursos Não Vinculados | 0,00 |
| Recursos Vinculados | 0,00 |
| **I) Total** | **0,00** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - Obrigações financeiras (Restos a Pagar Processados)**  | **Despesas Empenhadas a Liquidar**  |
| 0130 - RECURSOS ORDINARIOS | 6.529,94 |
| 0132 - RECURSO DO IMPOSTO P/ ASPS - Mínimo 15 % | 139,87 |
| **II) Total** | **6.669,81** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - Obrigações financeiras (Restos a Pagar Não Processados)**  | **Despesas Liquidadas a Pagar**  |
| 0130 - RECURSOS ORDINARIOS | 21.392,94 |
| 0624 - Transf. Conv. União - Constr. Quadra Esporte | 243.750,00 |
| **III) Total** | **265.142,94** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - Resumo**  | **Disponível em Banco**  |
| Déficit Apurado (I) - (II+III) | -271.812,75 |

Balanço Financeiro

O artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

No artigo 103 da mesma Lei Federal está disposto que *o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte*.

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil em que se confrontam, ao final do exercício (ou em um dado momento), as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, no confronto entre receita e despesa, o resultado financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte, saldo esse que pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio).

Extrai-se do Balanço Financeiro do exercício as seguintes demonstrações e resultado:

|  |
| --- |
| **Ingressos**  |
| **Receitas Orçamentárias (I)**  | **13.021.520,15**  |
| **Ordinária**  | **0,00**  |
| **Vinculada**  | **13.021.520,15**  |
| RECURSOS ORDINARIOS | 5.388.958,00 |
| RECURSO DO IMPOSTO P/MDEF - Mínimo 25 % | 930.240,96 |
| RECURSO DO IMPOSTO P/ ASPS - Mínimo 15 % | 1.826.702,94 |
| REND. APLIC. FINANC. SAÚDE - PRÓPRIO | 3.269,24 |
| CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERV. ILUM. PUBL. | 29.450,00 |
| REND. APLIC. FINANC. - Fundef 60% | 6.938,59 |
| Transf. FNDE - Transp. Escolar - PNATE | 38.294,15 |
| Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO | 244.854,34 |
| Transf. FNDE - MERENDA ESCOLAR - PNAE | 33.627,27 |
| la0617Transf. Conv. FNDE - Constr. Salas de Aula | 9.437,70 |
| r0620Transf. Conv. FNDE - Constr. Quadra Escolar Coberta | 3.472,73 |
| 2Outras Transf. Diretas do FNDE - Manut. da Creche | 154.789,76 |
| s - Fundam0627Transf. Conv. Est. - Pavimentacao Ruas - Fundam | 10.644,53 |
| rinhoso0642Outras Transf. FNDE - Apoio a Creche - Brasil Carinhoso | 1.344,96 |
| ndl.0643Transf. Conv. Uniao - Constr. Barracao Indl. | 8.701,35 |
| se e S. Bernardino0233Transf. Rec. União - Pavimentação de Ruas | 3.996,59 |
| REND. APLIC. FINANCEIRA | 28.845,58 |
| CONS. RESERV. ÁGUA - FUNDO ESPECIAL | 66.056,58 |
| Transf. Rec. do FNAS - IGDBF | 10.610,94 |
| Transf. do FNAS - CRASS/PAIF | 48.471,44 |
| Transf. Rec. FNAS - IGD-SUAS | 500,00 |
| Transf. Recursos FNAS - Serv. Conv.e Fort. Vinc. SCFV | 40.125,00 |
| Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE | 240,00 |
| TRANSF. RECURSOS - CIDE | 4.310,69 |
| Transf. Est. FMAS/SST-FEAS | 23.466,29 |
| REMUNERAÇÃO PROF. MAG. - Mínimo 60% | 1.272.848,12 |
| MANUT. DESENV. ENSINO - Máximo 40% | 589.529,32 |
| TRANSP. ESCOLAR - CONV. ESTADO | 49.428,12 |
| Receita Conv. Transito - Militar | 3.750,57 |
| Receita Conv. Transito - Civil | 4.167,00 |
| Receita Conv. Transito - Prefeitura | 3.936,69 |
| Transf. Rec. União - Pavimentação de Ruas | 49.170,00 |
| 644Transf. Conv. Uniao - Aquis. Equips. Agricolas | 96.700,00 |
| Transf. Conv. Uniao - Constr. Barracao Indl. | 250.000,00 |
| ernardino0233Transf. Rec. União - Pavimentação de Ruas | 196.680,00 |
| ips. e Veiculo0621Transf. Conv. FNS - Aquisicao de Equipamentos e Veiculo | 1.059,25 |
| TRANSF. DE RECURSOS DO SUS | 383.511,71 |
| Transf. Rec. do SUS - Vigilância em Saúde | 32.687,59 |
| Transf. Recursos do SUS - MAC | 111.735,84 |
| Transf. Rec. do SUS - Assist. Famac. Básica | 12.351,35 |
| TRANSF. REC. EST. - AQUIS. MEDICAMENTOS | 8.221,96 |
| Transf. Rec. Est. Co-Financ. da Atenção Básica | 31.470,00 |
| Transf. Rec.Est. Co-Financ. - NASF | 124.000,00 |
| Transf. Conv. Uniao - Constr. Quadra Esporte | 121.875,00 |
| 6Receita Conv. Transito - Prefeitura | 408,03 |
| Transf. Conv. FNDE - Constr. Salas de Aula | 307.125,64 |
| Transf. Conv. Est. Funrebom | 2.340,34 |
| Transf. Conv. Est. - Pavimentacao Ruas | 40.000,00 |
| Transf. Conv. Est. Recup. Estradas | 49.800,00 |
| Transf. Conv. Est. Constr. Abatedouro | 91.823,87 |
| 24Transf. Conv. Uniao - Constr. Quadra Esporte | 258,24 |
| ALIENAÇÃO DE BENS - ORDINÁRIO | 55.235,00 |
| Alienação de Bens - Saúde | 35.715,00 |
| 0658Transf. Conv. Uniao. - Pav. de Ruas C/Pedras | 2.810,41 |
| a Aparecida0233Transf. Rec. União - Pavimentação de Ruas | 122.925,00 |
| Transf. Conv. Est. - Constr. Ponte L. Alfa IV | 49.999,10 |
| Transf. Rec. Est. SST/FEAS-FMAS-BAS-INVEST. | 2.607,37 |
| **Transferências Financeiras Recebidas (II)**  | **2.432.444,85**  |
| Transferências Financeiras Recebidas | 2.432.444,85 |
| **Interferências Financeiras (III)**  | **0,00**  |
| Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC | 0,00 |
| **Recebimentos Extraorçamentários (IV)**  | **1.034.685,14**  |
| Inscrição de restos a Pagar Não Processados | 0,00 |
| Inscrição de restos a Pagar Processados | 0,00 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 48.543,28 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 986.141,86 |
| **Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)**  | **1.160.065,22**  |
| Banco Contas Movimento | 173.316,62 |
| Banco Contas Vinculadas | 986.748,60 |
| Banco Contas Movimento RPPS | 0,00 |
| **Total (VI) = (I+II+III+IV+V)**  | **17.648.715,36**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Dispêndios**  |
| **Despesas Orçamentárias (VII)**  | **11.917.842,24**  |
| **Ordinária**  | **0,00**  |
| **Vinculada**  | **11.917.842,24**  |
| RECURSOS ORDINARIOS | 4.854.374,12 |
| RECURSO DO IMPOSTO P/MDEF - Mínimo 25 % | 932.612,38 |
| RECURSO DO IMPOSTO P/ ASPS - Mínimo 15 % | 1.826.702,94 |
| CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERV. ILUM. PUBL. | 29.450,00 |
| REND. APLIC. FINANC. - Fundef 60% | 6.938,59 |
| Transf. FNDE - Transp. Escolar - PNATE | 24.832,05 |
| Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO | 209.900,03 |
| Transf. FNDE - MERENDA ESCOLAR - PNAE | 33.627,14 |
| Transf. Conv. Est. COHAB Cidada | 816,72 |
| REND. APLIC. FINANCEIRA | 12.841,23 |
| CONS. RESERV. ÁGUA - FUNDO ESPECIAL | 52.192,37 |
| Transf. Rec. do FNAS - IGDBF | 4.627,00 |
| Transf. do FNAS - CRASS/PAIF | 45.983,28 |
| Transf. Recursos FNAS - Serv. Conv.e Fort. Vinc. SCFV | 23.107,50 |
| Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE | 240,00 |
| Transf. Est. FMAS/SST-FEAS | 16.729,30 |
| REMUNERAÇÃO PROF. MAG. - Mínimo 60% | 1.266.757,34 |
| MANUT. DESENV. ENSINO - Máximo 40% | 589.529,32 |
| TRANSP. ESCOLAR - CONV. ESTADO | 49.428,12 |
| Receita Conv. Transito - Militar | 1.532,00 |
| Receita Conv. Transito - Civil | 2.326,83 |
| Receita Conv. Transito - Prefeitura | 358,58 |
| Transf. Rec. União - Pavimentação de Ruas | 14.903,56 |
| TRANSF. DE RECURSOS DO SUS | 363.730,87 |
| Transf. Rec. do SUS - Vigilância em Saúde | 13.388,29 |
| Transf. Recursos do SUS - MAC | 70.794,95 |
| Transf. Rec. do SUS - Assist. Famac. Básica | 10.814,58 |
| TRANSF. REC. EST. - AQUIS. MEDICAMENTOS | 6.873,79 |
| Transf. Rec. Est. Co-Financ. da Atenção Básica | 25.984,08 |
| Transf. Rec.Est. Co-Financ. - NASF | 112.176,52 |
| Receita Conv. Transito - Prefeitura Exerc. Ant. | 2.175,00 |
| Receita Conv. Transito - Militar Exerc. Ant. | 1.204,51 |
| Recursos Proprios Exerc. Ant. | 65.572,00 |
| FUNDEF 40% | 83.662,91 |
| Transf. Rec. FNDE - PNATE Exercício Anterior | 1.007,50 |
| Transf. Rec. FNDE - PNAE Exercício Anterior | 1.327,19 |
| Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUC. Exerc. Ant. | 52.436,36 |
| Transf. Rec. Est. Ex. Ant. - Conv. Transp. Escolar | 4.225,25 |
| Transf. Conv. Uniao - Constr. Quadra Esporte | 243.750,00 |
| Superavit - Transf. Rcursos FNAS - CRASS | 5.713,00 |
| Transf. Rec. FNAS - IGD-SUAS Exerc. Ant. | 3.514,95 |
| Transf. Rec. FNAS - Serv. Conv.e Fort. Vinc. SCFV | 529,80 |
| Transf. Est. FMAS/SST-FEAS Exerc. Ant. | 3.781,50 |
| Transf. Est. FMAS/SST-FEAS EV-CUSTEIO Exerc. Ant. | 990,08 |
| Transf. Recursos Fundo Esp. - Exercício Anterior | 9.177,76 |
| Recursos Ordinários | 494.258,17 |
| Outras Transf. Est. - Có-Financ. At. B. - E. Ant. | 17.161,27 |
| Alienação de Bens Saude - Exerc. Anterior | 222,53 |
| Superavit - Transf. Recursos SUS - Atenção Básica | 45.876,34 |
| Superavit - Transf.Rec.SUS - Fármacia Básica | 6.420,43 |
| Transf. Rec. SUS - MAC Exerc. Ant. | 23.018,01 |
| TRANSF. DE RECURSOS DO NASF - Exerc. Ant. | 34.773,66 |
| Trans. Rec. Est. - Assist. Farm. Basica Ex. Ant | 499,37 |
| Transf. Conv. Est. Funrebom | 161,00 |
| Transf. Conv. Est. - Pavimentacao Ruas | 402,50 |
| Outras Transf. Diretas do FNDE - Manut. da Creche | 49.550,85 |
| Outras Transf. FNDE - Apoio a Creche - Brasil Cari | 34.424,49 |
| Transf. Conv. FNDE - Aquis. Mat. p/Creche Exerc. A | 674,48 |
| Transf. Conv. Est. Recup. Estradas | 49.800,00 |
| Transf. Conv. Est. Constr. Abatedouro | 130,99 |
| ALIENAÇÃO DE BENS - ORDINÁRIO | 37.980,00 |
| Alienação de Bens - Saúde | 18.265,87 |
| Contrib. P/Custeio Ser. de Iluminação Púb. - COSIP | 1.040,80 |
| Transf. Conv. Est. - Constr. Ponte L. Alfa IV | 3.159,83 |
| Transf. Rec. Est. SST/FEAS-FMAS-BAS-INVEST. | 1.599,00 |
| Transf. Conv. FNS - Aquisicao de Equipamentos e Ve | 1.059,25 |
| Transf. Conv. FNS - Aquis. Equips. e Veiculo Ex. A | 14.722,11 |
| **Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**  | **0,00**  |
| Transferências Financeiras Concedidas | 0,00 |
| **Interferências Financeiras (IX)**  | **0,00**  |
| Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC | 0,00 |
| **Pagamentos Extraorçamentários (X)**  | **1.039.914,52**  |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 48.543,28 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 986.141,86 |
| Restos a Pagar Não Processados Pagos | 5.229,38 |
| Restos a Pagar Processados Pagos | 0,00 |
| **Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (XI)**  | **405.373,03**  |
| Banco Contas Movimento | 144.376,08 |
| Banco Contas Vinculadas | 260.996,95 |
| Banco Contas Movimento RPPS | 0,00 |
| **Total (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**  | **13.363.129,79**  |

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial também é exigência do artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64, juntamente com o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O artigo 105 da mesma Lei Federal 4.320/64 dispõe:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:
I - O Ativo Financeiro;
II - O Ativo Permanente;
III - O Passivo Financeiro;
IV - O Passivo Permanente;
V - O Saldo Patrimonial;
VI - As Contas de Compensação.

§ 1° O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
§ 2° O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
§ 3° O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos, independa de autorização orçamentária.
§ 4° O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
§ 5° Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil em que se evidencia, ao final do exercício (ou num dado momento), a situação patrimonial da entidade compreendendo os bens e direitos (que compõem o ativo financeiro e o ativo permanente), as obrigações (que compõem o passivo financeiro e o passivo permanente) e as Contas de Compensação, em que serão registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio da entidade.

A situação patrimonial da entidade vem demonstrada a seguir:

|  |
| --- |
| **Ativo** |
| **Ativo Circulante** | **1.618.429,95** |
| Caixa e Equivalentes De Caixa | 723.934,07 |
| Créditos a Curto Prazo | 894.495,88 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 0,00 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamen | 0,00 |
| **Ativo Não-Circulante** | **15.125.776,61** |
| Imobilizado | 15.001.998,76 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 123.777,85 |
| **Total** | **16.744.206,56** |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Passivo** |
| **Passivo Circulante** | **958.647,77** |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencia | 951.977,96 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 139,87 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 6.529,94 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 0,00 |
| **Passivo Não-Circulante** | **0,00** |
| **Total do Passivo** | **958.647,77** |
| **Patrimônio Líquido** |
| **Patrimônio Social e Capital Social** | **12.149.871,15** |
| Patrimônio Social - Consolidação | 12.149.871,15 |
| **Resultados Acumulados** | **3.635.687,64** |
| Resultado do Exercício | 734.816,46 |
| Superávits Ou Déficits De Exercícios Anteriores | 0,00 |
| Ajustes De Exercícios Anteriores | 2.900.871,18 |
| **Total Patrimônio Líquido** | **15.785.558,79** |
| **Saldo Patrimonial** | **11.983.588,03** |
| **Total** | **16.744.206,56** |

Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo apurar o resultado patrimonial do exercício, evidenciando as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas, dividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (aquelas que proporcionam aumento da situação patrimonial da entidade) e Variações Patrimoniais Diminutivas (aquelas que proporcionam redução da situação patrimonial da entidade). O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As Variações Patrimoniais apresentam o seguinte demonstrativo:

|  |  |
| --- | --- |
| **I) Variações Patrimoniais Aumentativas** | **18.302.125,93** |
| **Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria** | **374.218,09** |
| Impostos | 347.876,00 |
| Taxas | 26.331,18 |
| Contribuições De Melhoria | 10,91 |
| **Contribuições** | **29.450,00** |
| Contribuição De Iluminação Pública | 29.450,00 |
| **Exploração e Venda De Bens, Serviços e Direitos** | **76.194,18** |
| Exploração De Bens e Direitos e Prestação De Serviços | 76.194,18 |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **105.986,13** |
| Juros e Encargos De Mora | 14.418,57 |
| Remuneração De Depósitos Bancários e Aplicações Financ | 91.567,56 |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | **15.388.812,26** |
| Transferências Intragovernamentais | 2.432.444,85 |
| Transferências Inter Governamentais | 12.956.367,41 |
| **Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação De P** | **20.145,00** |
| Reavaliação De Ativos | 20.145,00 |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **2.307.320,27** |
| Reversão De Provisões e Ajustes De Perdas | 767.029,53 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.540.290,74 |
| **II) Variações Patrimoniais Diminutivas** | **17.567.309,47** |
| **Pessoal e Encargos** | **7.944.647,78** |
| Remuneração a Pessoal | 6.752.315,05 |
| Encargos Patronais | 1.192.332,73 |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **0,00** |
| Aposentadorias e Reformas | 0,00 |
| **Uso De Bens, Serviços e Consumo De Capital Fixo** | **5.244.845,07** |
| Uso De Material De Consumo | 2.303.238,95 |
| Serviços | 2.440.592,86 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 501.013,26 |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | **4.139.521,66** |
| Transferências Intragovernamentais | 2.432.444,77 |
| Transferências Inter Governamentais | 1.250.879,06 |
| Transferências a Instituições Privadas | 211.281,00 |
| Transferências a Consórcios Públicos | 208.102,73 |
| Execução Orçamentária Delegada | 500,00 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 36.314,10 |
| **Desvalorização e Perda De Ativos e Incorporação De Pas** | **102.236,81** |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste Para | 102.236,81 |
| **Tributárias** | **109.522,38** |
| Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria | 12,00 |
| Contribuições | 109.510,38 |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **26.535,77** |
| Premiações | 20.044,57 |
| Incentivos | 5.000,00 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.491,20 |
| **III) Resultado Patrimonial do Período (I-II)** | **734.816,46** |

|  |
| --- |
|  |

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.........
§ 1o São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:
I - existência de dotação específica;
II - (VETADO)
III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;
IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:
a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
**b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;**
c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal;**
d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1 - Receitas**  | **No Exercício** | **Aplicação** |
| **I) Impostos Municipais**  | **333.579,21**  | **83.394,81**  |
| IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano | 27.201,96 | 6.800,49 |
| IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | 168.788,50 | 42.197,13 |
| ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis | 50.349,03 | 12.587,26 |
| ISS - Imposto Sobre Serviços | 83.086,38 | 20.771,60 |
| Multas e Juros de Mora de Impostos | 648,43 | 162,11 |
| Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos | 999,77 | 249,94 |
| Dívida Ativa de Impostos | 2.505,14 | 626,28 |
| **II) Transferências do Estado**  | **3.269.431,47**  | **817.357,90**  |
| Cota Parte do ICMS | 3.073.584,61 | 768.396,19 |
| Cota Parte do IPVA | 147.940,93 | 36.985,23 |
| Cota Parte do IPI Sobre Exportação | 47.905,93 | 11.976,48 |
| **III) Transferências da União**  | **6.166.913,86**  | **1.541.728,62**  |
| Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | 5.891.264,88 | 1.472.816,38 |
| Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR | 4.398,36 | 1.099,59 |
| Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96  | 12.922,32 | 3.230,58 |
| Cota-Parte do FPM - Adicional | 258.328,30 | 64.582,07 |
| **Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)**  | **9.769.924,54**  | **2.442.481,32**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - FUNDEB**  | **No Exercício**  |
| **VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB**  | 1.862.377,44 |
| Transferências de Recursos do FUNDEB | 1.862.377,44 |
| **VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB**  | **-1.835.608,84**  |
| Cota Parte do ICMS | -614.715,90 |
| Cota Parte do IPVA | -29.595,19 |
| Cota Parte do IPI Sobre Exportação | -9.581,09 |
| Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | -1.178.252,63 |
| Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR | -879,59 |
| Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96  | -2.584,44 |
| **VIII) Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Ganho**  | **26.768,60**  |

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R$ 2.747.070,53 correspondente a 28.12% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R$ 304.589,28 que representa SUPERÁVIT de 3.12% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)**  | **No Exercício**  |
| 12.361 - Ensino Fundamental | 2.804.680,47 |
| 12.365 - Educação Infantil | 438.092,67 |
| 12.366 - Ensino de Jovens e Adultos | 0,00 |
| **IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  | **3.242.773,14**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL**  | **No Exercício**  |
| 0105 - FUNDEF 40% | 83.662,91 |
| 0137 - Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO | 209.900,03 |
| 0139 - Transf. FNDE - MERENDA ESCOLAR - PNAE | 9.093,18 |
| 0140 - Transf. FNDE - Transp. Escolar - PNATE | 14.067,03 |
| 0171 - REND. APLIC. FINANC. - Fundef 60% | 6.938,59 |
| 0243 - Transf. Rec. FNDE - PNATE Exercício Anterior | 1.007,50 |
| 0245 - Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUC. Exerc. Ant. | 52.436,36 |
| 0292 - Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE | 240,00 |
| 0622 - Outras Transf. Diretas do FNDE - Manut. da Creche | 1.789,76 |
| 0642 - Outras Transf. FNDE - Apoio a Creche - Brasil Cari | 1.344,96 |
| 0649 - Transf. Conv. FNDE - Aquis. Mat. p/Creche Exerc. A | 674,48 |
| 0651 - Outras Transf. FNDE - Apoio a Creche - Brasil Cari | 33.079,53 |
| 0653 - Outras Transf. Diretas do FNDE - Manut. da Creche | 47.761,09 |
| **X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES**  | **461.995,42**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES**  | **No Exercício**  |
| Aplicação Financeira do FUNDEB | 6.938,59 |
| **XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES**  | **6.938,59**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **6 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita bruta de Impostos e Transferências(IV) | 9.769.924,54 |
| Despesas por função/subfunção(IX) | 3.242.773,14 |
| Deduções(X+XI) | 468.934,01 |
| Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Ganho | 26.768,60 |
| Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII)) | 2.747.070,53 |
| Mínimo a ser aplicado | 2.442.481,25 |
| Aplicado à Maior | 304.589,28 |
| Percentual aplicado | 28,12 |
| Superávit | 3,12 |

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R$ 2.747.070,53 correspondente a 28.12% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R$ 304.589,28 que representa SUPERÁVIT de 3.12% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)**  | **No Exercício**  |
| 12.361 - Ensino Fundamental | 2.804.680,47 |
| 12.365 - Educação Infantil | 438.092,67 |
| 12.366 - Ensino de Jovens e Adultos | 0,00 |
| **IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  | **3.242.773,14**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL**  | **No Exercício**  |
| 0105 - FUNDEF 40% | 83.662,91 |
| 0137 - Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO | 209.900,03 |
| 0139 - Transf. FNDE - MERENDA ESCOLAR - PNAE | 9.093,18 |
| 0140 - Transf. FNDE - Transp. Escolar - PNATE | 14.067,03 |
| 0171 - REND. APLIC. FINANC. - Fundef 60% | 6.938,59 |
| 0243 - Transf. Rec. FNDE - PNATE Exercício Anterior | 1.007,50 |
| 0245 - Transf. Rec. FNDE - SALARIO EDUC. Exerc. Ant. | 52.436,36 |
| 0292 - Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE | 240,00 |
| 0622 - Outras Transf. Diretas do FNDE - Manut. da Creche | 1.789,76 |
| 0642 - Outras Transf. FNDE - Apoio a Creche - Brasil Cari | 1.344,96 |
| 0649 - Transf. Conv. FNDE - Aquis. Mat. p/Creche Exerc. A | 674,48 |
| 0651 - Outras Transf. FNDE - Apoio a Creche - Brasil Cari | 33.079,53 |
| 0653 - Outras Transf. Diretas do FNDE - Manut. da Creche | 47.761,09 |
| **X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES**  | **461.995,42**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES**  | **No Exercício**  |
| Aplicação Financeira do FUNDEB | 6.938,59 |
| **XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES**  | **6.938,59**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **6 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita bruta de Impostos e Transferências(IV) | 9.769.924,54 |
| Despesas por função/subfunção(IX) | 3.242.773,14 |
| Deduções(X+XI) | 468.934,01 |
| Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Ganho | 26.768,60 |
| Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII)) | 2.747.070,53 |
| Mínimo a ser aplicado | 2.442.481,25 |
| Aplicado à Maior | 304.589,28 |
| Percentual aplicado | 28,12 |
| Superávit | 3,12 |

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1 - RECEITAS**  | **No Exercício**  | **Aplicação** |
| Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%) | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual | 1.862.377,44 | 1.117.426,50 |
| Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB | 6.938,59 | 4.163,15 |
| **I) Total das receitas para fins de limite**  | **1.869.316,03**  | **1.121.589,65**  |

No exercício analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R$ 1.266.757,34 correspondente a 67.77% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R$ 145.167,72 equivalente a 7.77% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - DESPESAS**  | **No Exercício**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 1.039.562,52 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 227.194,82 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS** | **1.266.757,34**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 1.869.316,03 |
| Mínimo à ser Aplicado | 1.121.589,62 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II) | 1.266.757,34 |
| Aplicação à Maior | 145.167,72 |
| Percentual Aplicado (II) / (I) x 100 | 67,77 |
| Superávit | 7,77 |

No exercício analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R$ 1.266.757,34 correspondente a 67.77% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R$ 145.167,72 equivalente a 7.77% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - DESPESAS**  | **No Exercício**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 1.039.562,52 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 227.194,82 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS** | **1.266.757,34**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 1.869.316,03 |
| Mínimo à ser Aplicado | 1.121.589,62 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II) | 1.266.757,34 |
| Aplicação à Maior | 145.167,72 |
| Percentual Aplicado (II) / (I) x 100 | 67,77 |
| Superávit | 7,77 |

Aplicação de 95% dos Recursos do FUNDEB

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal n° 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2oAté 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1o do art. 6o desta Lei, poderão ser utilizados no 1o (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1 – RECEITAS**  | **No Exercício**  | **Aplicação**  |
| Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual | 1.862.377,44 | 1.769.258,50 |
| Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB | 6.938,59 | 6.591,66 |
| **I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE**  | **1.869.316,03**  | **149.769,05**  |

No exercício analisado considerando a despesa Empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R$ 1.856.286,66 equivalente a 99.30% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R$ 80.436,41 o qual corresponde a 4.30% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - FUNDEB 60%**  | **No Exercício**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 1.039.562,52 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 227.194,82 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS**  | **1.266.757,34**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - FUNDEB 40%**  | **No Exercício**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 368.165,68 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 84.343,14 |
| 339014 - Diárias | 1.845,36 |
| 339030 - Material de Consumo | 60.054,46 |
| 339031 - Despesa | 134,40 |
| 339032 - Despesa | 7.214,30 |
| 339033 - Passagens e Despesas com Locomoção | 1.551,99 |
| 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 66.219,99 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS**  | **589.529,32**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 1.869.316,03 |
| Mínimo a ser Aplicado | 1.775.850,25 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II+III) | 1.856.286,66 |
| Aplicado à maior | 80.436,41 |
| Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100 | 99,30 |
| Superávit | 4,30 |

No exercício analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R$ 1.856.286,66 equivalente a 99.30% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R$ 80.436,41 o qual corresponde a 4.30% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - FUNDEB 60%**  | **No Exercício**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 1.039.562,52 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 227.194,82 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS**  | **1.266.757,34**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - FUNDEB 40%**  | **No Exercício**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 368.165,68 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 84.343,14 |
| 339014 - Diárias | 1.845,36 |
| 339030 - Material de Consumo | 60.054,46 |
| 339031 - Despesa | 134,40 |
| 339032 - Despesa | 7.214,30 |
| 339033 - Passagens e Despesas com Locomoção | 1.551,99 |
| 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 66.219,99 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS**  | **589.529,32**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 1.869.316,03 |
| Mínimo a ser Aplicado | 1.775.850,25 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II+III) | 1.856.286,66 |
| Aplicado à maior | 80.436,41 |
| Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100 | 99,30 |
| Superávit | 4,30 |

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até ***o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes***:

***III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.***

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1 - RECEITAS**  | **No Exercício**  | **Aplicação**  |
| **I) Impostos Municipais**  | **333.851,94**  | **50.077,79**  |
| IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano | 27.201,96 | 4.080,29 |
| IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | 168.788,50 | 25.318,28 |
| ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis | 50.349,03 | 7.552,35 |
| ISS - Imposto Sobre Serviços | 83.086,38 | 12.462,96 |
| Multas e Juros de Mora de Impostos | 648,43 | 97,26 |
| Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos | 999,77 | 149,97 |
| Dívida Ativa de Impostos | 2.777,87 | 416,68 |
| **II) Transferências do Estado**  | **3.269.431,47**  | **490.414,72**  |
| Cota Parte do ICMS | 3.073.584,61 | 461.037,69 |
| Cota Parte do IPVA | 147.940,93 | 22.191,14 |
| Cota Parte do IPI Sobre Exportação | 47.905,93 | 7.185,89 |
| **III) Transferências da União**  | **5.908.585,56**  | **886.287,85**  |
| Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | 5.891.264,88 | 883.689,75 |
| Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR | 4.398,36 | 659,75 |
| Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96  | 12.922,32 | 1.938,35 |
| **IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)** | **9.511.868,97**  | **1.426.780,36**  |
| **V) TOTAL Á SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE** | **1.426.780,36**  |

No exercício em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 1.849.752,18 correspondente a 19.45% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R$ 422.971,80 equivalente a 4.45% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)**  | **No Exercício**  |
| 10.301 - Atenção Básica | 2.373.338,01 |
| 10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 205.758,56 |
| 10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 |
| 10.304 - Vigilância Sanitária | 19.571,67 |
| 10.305 - Vigilância Epidemiológica | 16.865,86 |
| **VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  | **2.615.534,10**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - DEDUÇÕES**  | **No Exercício**  |
| 0133 - Transf. Recursos do SUS - MAC | 70.794,95 |
| 0136 - TRANSF. DE RECURSOS DO SUS | 363.730,87 |
| 0166 - Alienação de Bens - Saúde | 18.265,87 |
| 0181 - TRANSF. REC. EST. - AQUIS. MEDICAMENTOS | 6.873,79 |
| 0211 - Transf. Rec. Est. Co-Financ. da Atenção Básica | 25.984,08 |
| 0225 - Outras Transf. Est. - Có-Financ. At. B. - E. Ant. | 17.161,27 |
| 0230 - Transf. Rec. do SUS - Vigilância em Saúde | 13.388,29 |
| 0231 - Transf. Rec. do SUS - Assist. Famac. Básica | 10.814,58 |
| 0240 - Alienação de Bens Saude - Exerc. Anterior | 222,53 |
| 0251 - Transf. Rec.Est. Co-Financ. - NASF | 112.176,52 |
| 0264 - Superavit - Transf. Recursos SUS - Atenção Básica | 45.876,34 |
| 0268 - Superavit - Transf.Rec.SUS - Fármacia Básica | 6.420,43 |
| 0413 - Transf. Rec. SUS - MAC Exerc. Ant. | 23.018,01 |
| 0414 - TRANSF. DE RECURSOS DO NASF - Exerc. Ant. | 34.773,66 |
| 0415 - Trans. Rec. Est. - Assist. Farm. Basica Ex. Ant | 499,37 |
| 0621 - Transf. Conv. FNS - Aquisicao de Equipamentos e Ve | 1.059,25 |
| 0646 - Transf. Conv. FNS - Aquis. Equips. e Veiculo Ex. A | 14.722,11 |
| **VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES**  | **765.781,92**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - OUTRAS DEDUÇÕES**  | **No Exercício**  |
| v | 0,00 |
| **VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES**  | **0,00**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **5 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV) | 9.511.868,97 |
| Despesas por Função/Subfunção (VI) | 2.615.534,10 |
| Deduções (VII+VII) | 765.781,92 |
| Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII) | 1.849.752,18 |
| Mínimo a ser aplicado | 1.426.780,38 |
| Aplicação à maior | 422.971,80 |
| Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100 | 19,45 |
| Superávit | 4,45 |

No exercício em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 1.849.752,18 correspondente a 19.45% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R$ 422.971,80 equivalente a 4.45% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)**  | **No Exercício**  |
| 10.301 - Atenção Básica | 2.373.338,01 |
| 10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 205.758,56 |
| 10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 |
| 10.304 - Vigilância Sanitária | 19.571,67 |
| 10.305 - Vigilância Epidemiológica | 16.865,86 |
| **VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  | **2.615.534,10**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - DEDUÇÕES**  | **No Exercício**  |
| 0133 - Transf. Recursos do SUS - MAC | 70.794,95 |
| 0136 - TRANSF. DE RECURSOS DO SUS | 363.730,87 |
| 0166 - Alienação de Bens - Saúde | 18.265,87 |
| 0181 - TRANSF. REC. EST. - AQUIS. MEDICAMENTOS | 6.873,79 |
| 0211 - Transf. Rec. Est. Co-Financ. da Atenção Básica | 25.984,08 |
| 0225 - Outras Transf. Est. - Có-Financ. At. B. - E. Ant. | 17.161,27 |
| 0230 - Transf. Rec. do SUS - Vigilância em Saúde | 13.388,29 |
| 0231 - Transf. Rec. do SUS - Assist. Famac. Básica | 10.814,58 |
| 0240 - Alienação de Bens Saude - Exerc. Anterior | 222,53 |
| 0251 - Transf. Rec.Est. Co-Financ. - NASF | 112.176,52 |
| 0264 - Superavit - Transf. Recursos SUS - Atenção Básica | 45.876,34 |
| 0268 - Superavit - Transf.Rec.SUS - Fármacia Básica | 6.420,43 |
| 0413 - Transf. Rec. SUS - MAC Exerc. Ant. | 23.018,01 |
| 0414 - TRANSF. DE RECURSOS DO NASF - Exerc. Ant. | 34.773,66 |
| 0415 - Trans. Rec. Est. - Assist. Farm. Basica Ex. Ant | 499,37 |
| 0621 - Transf. Conv. FNS - Aquisição de Equipamentos e Ve | 1.059,25 |
| 0646 - Transf. Conv. FNS - Aquis. Equips. e Veiculo Ex. A | 14.722,11 |
| **VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES**  | **765.781,92**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - OUTRAS DEDUÇÕES**  | **No Exercício**  |
| v | 0,00 |
| **VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES**  | **0,00**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **5 - RESUMO**  | **No Exercício**  |
| Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV) | 9.511.868,97 |
| Despesas por Função/Subfunção (VI) | 2.615.534,10 |
| Deduções (VII+VII) | 765.781,92 |
| Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII) | 1.849.752,18 |
| Mínimo a ser aplicado | 1.426.780,38 |
| Aplicação à maior | 422.971,80 |
| Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100 | 19,45 |
| Superávit | 4,45 |

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

***a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;***

***b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;***

***c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.***

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R$ 11.396.682,81, resultando em um valor médio mensal de R$ 949.723,56 .

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1 - RECEITAS CORRENTES**  | **No Período**  | **%**  | **No Exercício**  | **%**  | **Acumulado**  | **%**  |
| Receita Tributária | 37.976,47 | 2,72 | 355.767,96 | 2,69 | 355.767,96 | 2,69 |
| Receita de Contribuições | 2.612,58 | 0,19 | 29.450,00 | 0,22 | 29.450,00 | 0,22 |
| Receita Patrimonial | 4.450,89 | 0,32 | 93.748,92 | 0,71 | 93.748,92 | 0,71 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 7.302,03 | 0,52 | 74.012,82 | 0,56 | 74.012,82 | 0,56 |
| Transferências Correntes | 1.340.187,79 | 96,01 | 12.646.601,31 | 95,56 | 12.646.601,31 | 95,56 |
| Outras Receitas Correntes | 3.292,39 | 0,24 | 34.892,00 | 0,26 | 34.892,00 | 0,26 |
| **I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES**  | **1.395.822,15**  | **100**  | **13.234.473,01**  | **100**  | **13.234.473,01**  | **100**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2 - DEDUÇÕES**  | **No Período**  | **%**  | **No Exercício**  | **%**  | **Acumulado**  | **%**  |
| Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (-) | -162.567,88 | 0,00 | -1.835.608,84 | 0,00 | -1.835.608,84 | 0,00 |
| REC DE CONCESSÃO ÁREA PUBLICA  | 186,62 | 0,00 | 2.181,36 | 0,00 | 2.181,36 | 0,00 |
| **II) TOTAL DAS DEDUÇÕES**  | **-162.754,50**  | **100**  | **-1.837.790,20**  | **100**  | **-1.837.790,20**  | **100**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA**  | **No Período** | **%** | **No Exercício** | **%** | **Acumulado** | **%** |
| Receita (I-II) | 1.233.067,65 | 10.82 | 11.396.682,81 | 100.00 | 11.396.682,81 | 100 |
| Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses | 949.723,56 | 8.33 |

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
I - União: 50% (cinquenta por cento);
II - Estados: 60% (sessenta por cento);
III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
(.....)
III - na esfera municipal:
a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

***Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:***

***I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;***

***II - criação de cargo, emprego ou função;***

***III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;***

***IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;***

***V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.***

A despesa líquida com pessoal do Município de São Bernardino realizada nos últimos doze meses no valor de R$ 6.238.249,79, equivalendo a 54,74% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL**  | **No Período**  | **No Exercício**  | **Acumulado**  |
| **I) Pessoal Ativo**  | **929.702,32**  | **6.238.607,50**  | **6.238.607,50**  |
| 317141 - Transferências a Consórcios Públicos Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público | 270,00 | 23.467,21 | 23.467,21 |
| 319004 - Contratação por Tempo Determinado | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 757.979,67 | 5.022.449,85 | 5.022.449,85 |
| 319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 171.452,65 | 1.192.332,73 | 1.192.332,73 |
| 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 357,71 | 357,71 |
| **II) Pessoal Inativo e Pensionistas**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| 319001 - Aposentadoria e reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319003 - Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319005 - Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)**  | **929.702,32**  | **6.238.607,50**  | **6.238.607,50**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2 - Despesas Não Computadas**  | **No Período**  | **No Exercício**  | **Acumulado**  |
| 319091 - Decorrentes de decisão judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319092 - Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 357,71 | 357,71 |
| 319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **IV) Total Despesas Não Computadas**  | **0,00**  | **357,71**  | **357,71**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **3 - DESPESA LIÍQUIDA COM PESSOAL**  |
| Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL) | 11.396.682,81 |
| Limite prudencial - 57% | 6.496.109,20 |
| Limite máximo - 60% | 6.838.009,69 |
| Despesa bruta com pessoal (III) | 6.238.607,50 |
| Despesas não computadas (IV) | 357,71 |
| Despesa líquida com pessoal (III) - (IV) | 6.238.249,79 |
| Percentual aplicado em despesas com pessoal | 54,74 |
| Limite prudencial (57%) | 257.859,41 |
| Limite máximo (60%) | 599.759,90 |

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R$ 5.853.584,36, equivale a 51,36% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL**  | **No Período**  | **No Exercício**  | **Acumulado**  |
| **I) Pessoal Ativo**  | **886.732,75**  | **5.853.942,07**  | **5.853.942,07**  |
| 317141 - Transferências a Consórcios Públicos Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público | 270,00 | 23.467,21 | 23.467,21 |
| 319004 - Contratação por Tempo Determinado | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 723.191,16 | 4.707.150,17 | 4.707.150,17 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 163.271,59 | 1.122.966,98 | 1.122.966,98 |
| 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 357,71 | 357,71 |
| **II) Pessoal Inativo e Pensionistas**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| 319001 - Aposentadoria e reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319003 - Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319005 - Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)**  | **886.732,75**  | **5.853.942,07**  | **5.853.942,07**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2 - Despesas Não Computadas**  | **No Período**  | **No Exercício**  | **Acumulado**  |
| 319091 - Decorrentes de decisão judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319092 - Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 357,71 | 357,71 |
| 319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **IV) Total Despesas Não Computadas**  | **0,00**  | **357,71**  | **357,71**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **3 - DESPESA LIÍQUIDA COM PESSOAL**  |
| Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL) | 11.396.682,81 |
| Limite prudencial - 51,30% | 5.846.498,28 |
| Limite máximo - 54% | 6.154.208,72 |
| Despesa bruta com pessoal (III) | 5.853.942,07 |
| Despesas não computadas (IV) | 357,71 |
| Despesa líquida com pessoal (III) - (IV) | 5.853.584,36 |
| Percentual aplicado em despesas com pessoal | 51,36 |
| Limite prudencial (51,30%) | -7.086,08 |
| Limite máximo (54%) | 300.624,36 |

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R$ 384.665,43, equivale a 3,38% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL**  | **No Período**  | **No Exercício**  | **Acumulado**  |
| **I) Pessoal Ativo**  | **42.969,57**  | **384.665,43**  | **384.665,43**  |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 34.788,51 | 315.299,68 | 315.299,68 |
| 319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 8.181,06 | 69.365,75 | 69.365,75 |
| **II) Pessoal Inativo e Pensionistas**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| 319001 - Aposentadoria e reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319003 - Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319005 - Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)**  | **42.969,57**  | **384.665,43**  | **384.665,43**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2 - Despesas Não Computadas**  | **No Período**  | **No Exercício**  | **Acumulado**  |
| 319091 - Decorrentes de decisão judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319092 - Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **IV) Total Despesas Não Computadas**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **3 - DESPESA LIÍQUIDA COM PESSOAL**  |
| Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL) | 11.396.682,81 |
| Limite prudencial - 5,70% | 649.610,92 |
| Limite máximo - 6% | 683.800,97 |
| Despesa bruta com pessoal (III) | 384.665,43 |
| Despesas não computadas (IV) | 0,00 |
| Despesa líquida com pessoal (III) - (IV) | 384.665,43 |
| Percentual aplicado em despesas com pessoal | 3,38 |
| Limite prudencial (5,70%) | 264.945,49 |
| Limite máximo (6%) | 299.135,54 |

GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão ***efetiva arrecadação de todos os tributos*** da competência constitucional do ente da Federação.

Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea ´c´ do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8o, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

No Exercício analisado, a meta bimestral de arrecadação não foi atingida com a arrecadação de R$ 13.021.520,15 o que representa 99.77% da receita prevista no montante de R$ 13.051.560,48.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Período**  | **Previstas**  | **Realizadas**  |
| 1º Bimestre | 2.175.260,08 | 2.672.346,40 | 122.85 % |
| 2º Bimestre | 2.175.260,08 | 2.107.453,37 | 96.88 % |
| 3º Bimestre | 2.175.260,08 | 2.098.567,93 | 96.47 % |
| 4º Bimestre | 2.175.260,08 | 1.998.561,40 | 91.88 % |
| 5º Bimestre | 2.175.260,08 | 1.685.877,09 | 77.50 % |
| 6º Bimestre | 2.175.260,08 | 2.458.713,96 | 113.03 % |
| **TOTAL**  | **13.051.560,48**  | **13.021.520,15**  | **99.77 %**  |

Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Estabelece o artigo 8o da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4o, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

Este compreende a efetiva apropriação das dotações consignadas na lei orçamentária aos programas, projetos e ações previstas pela administração e fundos especiais, de conformidade com a previsão de arrecadação e disponibilidade de caixa, uma vez que esta (a arrecadação) não á aritmética, mas sim variável. Além disso deve-se levar em conta as chamadas despesas fixas e as prioridades em termos de projetos de investimento.

Da análise do previsto no cronograma de execução mensal de desembolso e os recursos financeiros efetivamente gastos tem-se o seguinte demonstrativo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Período**  | **Previstas**  | **Realizadas**  |
| 1º Bimestre | 1.854.165,32 | 1.747.996,11 | 94.27 % |
| 2º Bimestre | 1.854.164,82 | 1.973.498,84 | 106.44 % |
| 3º Bimestre | 1.854.165,32 | 1.949.753,24 | 105.16 % |
| 4º Bimestre | 1.854.165,32 | 1.802.812,10 | 97.23 % |
| 5º Bimestre | 1.854.165,32 | 1.735.245,76 | 93.59 % |
| 6º Bimestre | 1.854.165,32 | 2.443.393,25 | 131.78 % |
| **TOTAL**  | **11.124.991,42**  | **11.652.699,30**  | **104.74 %**  |

Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

O artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o relatório a que se refere o § 3o do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:
I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
II - demonstrativos da execução das:
a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
c) despesas, por função e subfunção.

O artigo 53 da mesma LRF estabelece que:

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2o, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
III - resultados nominal e primário;
IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4o;
V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

No Exercício analisado constatou-se a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme demonstra o quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Período de Referência:** 6º bimestre  | **Data de publicação:** 2015-01-12  |
| **Local:** QUADRO MURAL DE AVISOS DA PREFEITURA  |
| **Anexos Publicados:**  |
| **Período de Referência:** 1º bimestre  | **Data de publicação:** 2015-03-11  |
| **Local:** QUADRO MURAL DE AVISOS DA PREFEITURA  |
| **Anexos Publicados:**  |
| **Período de Referência:** 5º bimestre  | **Data de publicação:** 2015-11-17  |
| **Local:** QUADRO MURAL DE AVISOS DA PREFEITURA  |
| **Anexos Publicados:**  |

Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Um importante mecanismo de controle social da Administração Pública foi trazido pela Lei de Responsabilidade Fiscal previsto no § 4º do artigo 9º, estabelecendo que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição.

No Exercício analisado constatou-se a realização da referida Audiência Pública, conforme demonstrativo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| **OBEJETO:** Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais  |
| **PERÍODO:** 2º QUADRIMESTRE DE 2015  | **DATA:** 25/09/2015  |
| **PARTICIPANTES:** 28  | **MEIOS DE DIVULGAÇÃO:** MURAL PÚBLICO, INTERNET E RÁDIO  |
| **LOCAL:** CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  |

 |

GERENCIAIS

Dados do e-Sfinge

Em cumprimento ao estabelecido na Instrução Normativa nº TC 04/2004, de 08 de dezembro de 2004, que instituiu o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) e dispõe sobre a remessa de dados e informações das diversas áreas da Administração Municipal por meio informatizado via INTERNET, o Sistema de Controle Interno confirmou, no exercício analisado, o encaminhamento dos dados conforme demonstra o quadro a seguir:

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 6º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 19/02/2015  | **Protocolo:** 23532  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 6º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 19/02/2015  | **Protocolo:** 23532  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 1º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:**  | **Protocolo:**  |
| **Unidades Gestoras:**  |
| **Observações:** REMESSA AINDA NÃO ENVIADA EM VIRTUDE DE PROBLEMAS NA GERAÇÃO DE DADOS  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 1º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:**  | **Protocolo:**  |
| **Unidades Gestoras:**  |
| **Observações:** REMESSA AINDA NÃO ENVIADA EM VIRTUDE DE PROBLEMAS NA GERAÇÃO DE DADOS  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 2º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:**  | **Protocolo:**  |
| **Unidades Gestoras:**  |
| **Observações:** REMESSA AINDA NÃO ENVIADA EM VIRTUDE DE PROBLEMAS NA GERAÇÃO DE DADOS  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 1º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 03/07/2015  | **Protocolo:** 23970  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 2º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 20/07/2015  | **Protocolo:** 24133  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 3º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 11/08/2015  | **Protocolo:** 24394  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 4º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 30/09/2015  | **Protocolo:** 24744  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
| **Bimestre de Referência:** 5º Bimestre  |
| **Data da Confirmação:** 14/12/2015  | **Protocolo:** 25563  |
| **Unidades Gestoras:** * MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO
* CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO
 |
| **Observações:**  |

|  |
| --- |
|  |

Dados do e-Sfinge Obras

Igualmente em relação às obras públicas em andamento no Município cujos dados são informados através do e-Sfinge Obras, o Sistema de Controle Interno confirmou, no exercício analisado, o encaminhamento de dados conforme demonstra o quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 01/2015 | **RECIBO:** 234944 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-02-18 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 01/2015 | **RECIBO:** 234462 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-02-04 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 01/2015 | **RECIBO:** 234468 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-02-04 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 02/2015 | **RECIBO:** 236886 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-03-27 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 02/2015 | **RECIBO:** 235647 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-03-05 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 02/2015 | **RECIBO:** 236721 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-03-24 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 03/2015 | **RECIBO:** 236722 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-03-24 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 03/2015 | **RECIBO:** 237062 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-04-01 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 03/2014 | **RECIBO:** 237602 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-04-17 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** Emissão com atraso |
| **OBSERVAÇÕES:** Em virtude de retorno de competencia para informar medições. |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 04/2015 | **RECIBO:** 238160 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-05-05 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 04/2015 | **RECIBO:** 238159 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-05-05 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 04/2015 | **RECIBO:** NÃO EMITIDO |
| **TIPO:**  | **DATA DA EMISSÃO:** $linha.emissao |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** NÃO EMITIDO ATÉ A REFERIDA DATA |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 05/2015 | **RECIBO:** 239466 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-06-01 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 05/2015 | **RECIBO:** 239593 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-06-02 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 06/2015 | **RECIBO:** 240952 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-06-29 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 06/2015 | **RECIBO:** 239595 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-06-02 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 06/2015 | **RECIBO:** 240951 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-06-29 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 07/2015 | **RECIBO:** 242407 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-07-31 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 07/2015 | **RECIBO:** 242262 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-07-28 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 07/2015 | **RECIBO:** $linha.recibo |
| **TIPO:**  | **DATA DA EMISSÃO:** $linha.emissao |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** NÃO EMITIDO |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 08/2015 | **RECIBO:** 2444211 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-08-31 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 08/2015 | **RECIBO:** 244219 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-08-31 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 08/2015 | **RECIBO:** $linha.recibo |
| **TIPO:**  | **DATA DA EMISSÃO:** $linha.emissao |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** NÃO EMITIDO |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 09/2015 | **RECIBO:** 245861 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-10-01 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 09/2015 | **RECIBO:** 245866 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-10-01 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 06/2015 | **RECIBO:** 245137 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-09-15 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** Informações prestadas com atraso |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 07/2015 | **RECIBO:** 245138 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-09-15 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** Informações prestadas com atraso |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 08/2015 | **RECIBO:** 245139 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-09-15 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:** Informações prestadas com atraso |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 09/2015 | **RECIBO:** 246017 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-10-02 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 10/2015 | **RECIBO:** 247950 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-11-04 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 10/2015 | **RECIBO:** 247959 |
| **TIPO:** Informações prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-11-04 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 10/2015 | **RECIBO:** $linha.recibo |
| **TIPO:**  | **DATA DA EMISSÃO:** $linha.emissao |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:** Ausência de informações |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 11/2015 | **RECIBO:** 249830 |
| **TIPO:** Informações Prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-12-01 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 11/2015 | **RECIBO:** 249833 |
| **TIPO:** Informações Prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-12-02 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 11/2015 | **RECIBO:** 249395 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-11-24 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 12/2015 | **RECIBO:** 251133 |
| **TIPO:** Informações Prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2015-01-05 |
| **UNIDADE:** MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 12/2015 | **RECIBO:** 251135 |
| **TIPO:** Informações Prestadas | **DATA DA EMISSÃO:** 2016-01-05 |
| **UNIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PERÍODO DE REFÊNCIA:** 12/2015 | **RECIBO:** 251768 |
| **TIPO:** Isenção | **DATA DA EMISSÃO:** 2016-01-13 |
| **UNIDADE:** CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO |
| **ANOTAÇÕES DE RESTRIÇÃO:**  |
| **OBSERVAÇÕES:**  |

|  |
| --- |
|  |

São Bernardino, SC 26/02/2016

Alcino Beloli Borges

Coordenador do Sistema de Controle